



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682191 - MS (2021/0231468-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : KARLA IRACEMA TERRA RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : SOLANGE HELENA TERRA RODRIGUES - MS010481
KARLA IRACEMA TERRA RODRIGUES FONSECA - MS022510
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : MAURILHO MURER CHAVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAURILHO MURER CHAVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1407216-85.2021.8.12.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/03, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Os impetrantes sustentam que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, destacando que o paciente possui ocupação lícita e residência fixa.

Asseveram que o delito não foi praticado com violência ou grave ameaça a pessoa e, diante da pandemia de coronavírus, a custódia cautelar *"passa a ser um fator preocupante não só para a integridade do Paciente como também dos Servidores e da massa carcerária com quem eventualmente teria contato físico"* (e-STJ fl. 14).

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem fixou o seguinte (e-STJ fls.

[...]

Já em relação à pandemia de covid-19, certo é que trata de grave problema de saúde pública, a ensejar das autoridades públicas a adoção de providências visando minimizar o risco de contágio.

No âmbito do Poder Judiciário, o c. Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 62/2020, no qual veicula importantes medidas a serem adotadas no âmbito do Poder Judiciário como forma de prevenir a propagação do coronavírus diante da natural e intangível aglomeração de indivíduos em ambiente carcerário e socioeducativo (reavaliação da necessidade da prisão preventiva ou internação provisória, substituição da segregação por medidas cautelares etc).

Ocorre que a aplicação de tais recomendações encontra-se sob o prudente juízo de ponderação do magistrado, tendo em vista que a pandemia não pode ser interpretada como uma espécie de salvo-conduto à disposição de indivíduos que se encontrem meramente custodiados, já que tal realidade não afasta eventual gravidade concreta aferida pela instância de origem, tampouco importa na virtual desconsideração da periculosidade do agente ou do risco de reiteração delitiva.

A adoção das providências elencadas na Recomendação n. 62/2020 é reservada às hipóteses de estrita necessidade e quando identificado o efetivo risco à saúde coletiva, até porque visa a "redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus", afastando-se, portanto, a possibilidade de se adotar as medidas ali elencadas com base em alegações genéricas acerca da potencial contaminação pelo coronavírus, senão vejamos:

[...]

E, no caso em apreço, nada justifica a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares, pois apesar de o paciente encontrar-se em unidade prisional cuja lotação possivelmente situa-se acima da capacidade (situação infelizmente comum a absoluta maioria dos estabelecimentos penitenciários brasileiros), não foram acostados quaisquer documentos idôneos a fim de demonstrar que ele compõe o grupo de risco indicado pela Organização Mundial da Saúde e, muito menos, informações de que no local da custódia há casos confirmados de covid-19 ou incapacidade em promover o isolamento de possíveis infectados pela doença.

Em casos similares, assim posiciona-se a jurisprudência desta Corte:

[...]

Não fosse o bastante, sabe-se que a Administração Penitenciária tem adotado as medidas adequadas e

necessárias para a contenção da pandemia no sistema prisional estadual (Nota Técnica Orientativa n. 01/2020/GAB/AGEPEN), figurando dentre elas o monitoramento da saúde de custodiados incluídos nos grupos de risco, o isolamento de possíveis infectados ou seu encaminhamento ao serviço de saúde municipal, a triagem dos novos custodiados, a suspensão de atividades intramuros que possam resultar em aglomeração de pessoas etc. A despeito, portanto, do surto da covid-19, as circunstâncias do caso concreto autorizam a manutenção da prisão preventiva, afastando, por conseguinte, alegação de que o paciente encontra-se submetido a constrangimento ilegal. Destarte, com o parecer, denego a ordem.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência